

RESENHA

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. 270 p.

*Renata Romanini **

*José Geraldo Pedrosa ***

Apresentado originalmente em 1999 para o Projeto Replanfor, da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, do Ministério do Trabalho, e incorporado como parte dos trabalhos sobre o tema que o autor vem desenvolvendo desde 1972, quando da defesa de sua dissertação de mestrado, o livro é uma relevante contribuição para os estudos sobre a história da educação profissional no Brasil. Constitui o terceiro volume da trilogia publicada pelo autor sobre o ensino técnico-profissional, antecedido das seguintes obras: *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata* (2000) e *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* (2000).

O livro retrata o desenvolvimento da educação profissional brasileira, no período que vai do Governo Provisório pós-1930 até ao fim do século XX. Numa continuidade de sua extensa produção historiográfico-educacional e partindo de um posicionamento teórico-metodológico crítico, Cunha consegue captar as vicissitudes do movimento histórico do trabalho e da educação para o trabalho no Brasil no período correspondente, embora muitas vezes se referindo ao Brasil acabe generalizando e dando ênfase aos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro.

Cunha parte do ensino orientado pela força de trabalho industrial e manufatureira para abordar o ensino profissional, demonstrando que a constituição deste “grande aparato educacional” não é um processo linear

* Mestranda em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/MG) e integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Memória, História e Espaço (NEMHE). E-mail: renataromarinini@gmail.com

** Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do curso de Mestrado em Educação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). E-mail: jgpedrosa@uol.com.br

e homogêneo. O autor busca reconstruir a lógica interna às políticas educacionais, descrevendo com exatidão a legislação correspondente, explicada por suas implicações ideológicas e disputas hegemônicas que se desenvolveram no campo educacional. Além das mudanças ocorridas no processo produtivo, o autor também descreve como os protagonistas envolvidos com o ensino profissional as encararam. Este livro culmina com a apresentação de um campo educacional marcado por conflitos, sobretudo no que diz respeito ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituição que o autor dá atenção especial.

O livro está dividido em seis capítulos: “O Estado Novo e a formação da força de trabalho”; “A montagem do SENAI”; “A montagem do ensino técnico industrial”; “Ensino Industrial, secundário e profissionalizante”; “O ensino profissionalizante no 2º grau e o tecnológico” e “O ensino profissional na virada do século”.

Cunha inicia o capítulo um retratando a década de 1930, momento em que se começa a pensar na formação técnica do trabalhador. Relata o forte protagonismo estatal a partir de 1937, quando o estado interveio na economia assumindo a industrialização como meta e, conseqüentemente, a preocupação com a qualificação da força de trabalho. Desta forma, com a intenção de realizar seu projeto de desenvolvimento, o Estado Novo (1937-1945) utiliza o sistema escolar como mecanismo de difusão ideológica e passa a regulamentar a aprendizagem.

Em seguida, o autor aborda a política educacional do Governo Provisório, desde a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública – educar e sanear –, passando pela centralização da burocracia do aparelho escolar e aumento do controle do poder central sobre o ensino, até a elaboração da política educacional autoritária inspirada no fascismo italiano. Também relata o processo de criação das escolas técnicas secundárias e a curta duração da quebra da dualidade do aparelho escolar. Para finalizar o capítulo, discute a criação da “lei” orgânica do ensino industrial que surge para organizá-lo e padronizá-lo, a partir de determinadas diretrizes.

No capítulo dois, Cunha reconstrói o processo de instalação e crescimento do SENAI, desde sua criação em 1942 até os anos 1990, a partir de três dimensões: organização e financiamento, implantação e desenvolvimento e metodologia de ensino.

A ambiguidade entre as esferas pública e privada, decorrente do corporativismo do Estado Novo, é exposta para explicar a criação desta instituição, que se tratava de uma associação civil criada por decreto-lei e fiscalizada e dirigida em pequena parte pelo Estado, mas dirigida em grande parte e mantida pelos industriais. Com o objetivo de desenvolver cursos de aprendizagem e de aperfeiçoamento de operários, o SENAI foi concebido no contexto da “lei” orgânica e teve intervenção do Estado desde sua organização até seu funcionamento, impondo aos industriais a cobrança de uma contribuição incidente sobre as folhas de pagamento das empresas, a princípio não realizada espontaneamente por parte destas.

O capítulo demonstra como a rede SENAI foi modificando-se em função das ondas de mudanças do setor produtivo, que, segundo Cunha, “cresceu a um ritmo espetacular” (p. 260). Nos anos 1940 o SENAI iniciou suas atividades priorizando a aprendizagem industrial para qualificar o operariado para a indústria que surgia; nos anos 1950 foi a vez da modalidade treinamento, correspondendo à industrialização; nos anos 1970 a ênfase na habilitação (técnica em nível de 2º grau) decorreu mais da política educacional de profissionalização universal e compulsória do que de mudanças do setor produtivo e nos anos 1990 a ênfase recaiu na polivalência. Após antecipar um pouco a história do SENAI, relatando desde seu início em 1940, até os anos 1990, o autor encerra o capítulo com o anexo contendo exemplos de séries metódicas de ofício, que eram sua pedagogia por excelência e que atendiam as exigências do modelo *taylorista* e a opção pela padronização dos métodos de ensino.

No capítulo três, Cunha apresenta a formação do sistema de ensino técnico industrial, focalizando sua situação dos anos 1940 a 1960, isto é, desde o vislumbamento de uma nova categoria ocupacional, como os fatores conjunturais que propiciaram a organização deste sistema, até a constituição do mesmo a partir da organização dada pela “lei” orgânica e suas modificações através da LDB de 1961. O autor retoma a “lei” orgânica e, mesmo sendo repetitivo em algumas informações já tratadas no capítulo um, ele complementa com alguns detalhes a respeito. Algumas mudanças ocorreram a partir da legislação, como a autonomia das escolas técnicas federais e a contradição entre as determinações legais, verificando-se um marcante processo centralizador do ensino técnico industrial. Finalizando

o capítulo, apresenta dados referentes às escolas técnicas industriais e retrata a função propedêutica que os cursos técnicos sempre tiveram e que se fortaleceu a partir de 1950, quando o ensino técnico industrial se orientou simultaneamente para o trabalho e para a continuidade dos estudos – possibilidade dos alunos ingressarem num curso superior.

Cunha apresenta no capítulo quatro a evolução do relacionamento entre ensino secundário e industrial, tipificado em quatro momentos principais: a disputa pela hegemonia das escolas do SENAI com as escolas do ensino industrial, o que fez com que aquelas, de apêndice, passassem, após menos de duas décadas, à posição hegemônica na formação de operários qualificados; a criação das leis de equivalência e reformulações da “lei” orgânica em 1959, que secundarizou o ensino industrial – o curso industrial básico perde seu caráter profissional e o curso de aprendizagem é reconhecido como o único adequado à formação de operários qualificados; a elaboração e implantação do MEC, de 1961 a 1965, de sucessivos projetos de ginásios “modernos”, “orientados para o trabalho” e “polivalentes” e a promulgação da LDB do ensino de 1º e 2º graus em 1971, que previa a profissionalização do ensino médio, ou seja, a fusão dos ramos secundário e profissional desta modalidade de ensino.

No capítulo cinco, Cunha descreve o contexto da reforma educacional expressa na Lei n. 5.692/71, que, segundo ele, trata-se da “mais ambiciosa medida de política educacional de toda a história do Brasil” (p. 181), isto é, da profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau. Este capítulo é dividido nos seguintes tópicos: “Detalhamento e implantação da reforma; “A reforma da reforma” e “*Cefetização* das escolas técnicas”.

A reforma do ensino de 2º grau se assentou na necessidade de organizar este ensino de modo que ele tivesse terminalidade, isto é, proporcionasse aos seus concluintes uma habilitação profissional e combatesse a frustração daqueles que não conseguissem ou não quisessem ingressar em cursos superiores. No currículo do ensino de 2º grau, a parte profissionalizante deveria prevalecer sobre a educação geral, e seu objetivo era o de propiciar a habilitação profissional de cada aluno.

Dado o fato de que a reforma não valorizou o ensino industrial, suscitou adesões e rejeições, sobretudo pela inadequação técnico-econômica dessa política educacional, que assumiu dimensão política

em 1974 (Governo Geisel). Desta forma, tem-se a reforma da reforma trazida pela aprovação do Parecer n. 76/75, que reinterpretou a lei citada e demonstrou a necessidade de novas normas e instruções. Todo o processo consequente de mudança da legislação referente à profissionalização no ensino de 2º grau consistiu no refinamento da educação para o trabalho.

Paralelamente à mudança da política educacional no ensino de 2º grau, houve esforço do governo para implementar uma política de multiplicação dos cursos de curta duração, sobretudo em escolas técnicas federais. A Lei n. 6.545/78 transformou as escolas técnicas federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), sendo que isso foi visto por alguns como valorização das escolas técnicas, que são agora instituições de ensino superior. Mas, segundo Cunha, a *cefetização* representou uma desvalorização dessas instituições por sua situação separada da universidade, ou seja, “mais uma forma pela qual se processa a reprodução da dualidade da educação brasileira” (p. 211).

No capítulo seis, Cunha relata inicialmente as ameaças externas ao SENAI, desde 1995, quando protagonistas antigos e novos formularam demandas que ameaçaram o controle patronal de seus recursos, tentando incluí-los nos orçamentos do governo. As centrais sindicais reivindicaram parte do poder que os empresários detinham, desde o início da instituição, dividindo-o também com o governo em gestão tripartite.

Diante das ameaças, o SENAI desenvolveu estratégias de enfrentamento, prevalecendo entre elas o afastamento da ambiguidade pública/privada, marca de sua origem corporativa. Seu objetivo estratégico era a busca da autossustentação, ou seja, a possibilidade de operar no campo da educação profissional abrindo mão da contribuição compulsória. Desta forma, a instituição não ofereceria mais a aprendizagem industrial, curso que absorve maior parte dos recursos, e se dedicaria aos cursos que o mercado demanda com maior intensidade, e pelos quais está disposto a pagar. “A ambiguidade estaria eliminada. De uma instituição de estatuto equívoco, o SENAI teria abandonado a base estatal de sustentação, num processo de autoprivatização” (p. 261).

Ausente por muitos anos, finalmente o Ministério do Trabalho passa a ocupar o primeiro plano nos projetos de educação profissional, em 1996, após a criação da Secretaria Nacional de Formação e

Desenvolvimento Profissional (SEFOR), que coordenaria toda a oferta de educação profissional no País. Sua meta era garantir competitividade ao setor produtivo e desenvolvimento com justiça social, orientando-se pelos excluídos: os que não conseguem entrar no mercado de trabalho e os que foram dele afastados.

As escolas técnicas federais e o “Sistema S”, que eram interlocutores da SEFOR no campo da educação/formação profissional, tornaram-se apenas atores, pois a hegemonia deste campo foi desafiada pela Secretaria. Assim, é possível verificar que, mesmo vencendo a disputa hegemônica dos anos 1940 e 1950, levando praticamente à extinção do 1º ciclo do ensino industrial, o SENAI, meio século depois, perde essa hegemonia.

Posteriormente, o autor apresenta a política educacional de recomposição da dualidade estrutural da educação brasileira. A educação profissional é configurada pelo Decreto n. 2.208/97 como um sistema paralelo, isto é, um segmento distinto do ensino médio. Contrariamente à tendência que se desenvolvia desde os anos 1950, o aluno poderia cursar o ensino técnico concomitantemente ao ensino médio ou depois deste. E os cursos integrados, que ofereciam no mesmo currículo educação geral e educação técnico-profissional, ficaram proibidos.

Encerrando o capítulo seis e o livro, Cunha o faz apenas de parte de dois capítulos, referindo-se estrita e novamente ao SENAI, com uma exposição sobre sua trajetória, as ameaças sofridas pela instituição e seus enfrentamentos.

Nesse livro, Cunha dá uma atenção especial ao SENAI, valorizando suas ações, demonstrando frequentemente a sua admiração particular pela instituição e sua importância para o ensino profissional, mostrando também que as inovações deste “grande aparato educacional destinado à formação da força de trabalho” no período pesquisado foram muitas e profundas. No livro, fica clara ainda a dinâmica desse processo, suas mudanças, seus avanços e retrocessos e a reação de seus protagonistas. Desta forma, a obra dialoga com as discussões acerca da relação do mundo do trabalho com a educação, da história da educação em geral e, é claro, da educação profissional.

Data de registro: 13/02/2012

Data de aceite: 03/10/2012